

500 QUESTÕES GABARITADAS

TJ-RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA

Conteúdo:

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Especial e Legislação
- ▶ Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- ▶ Ética no Serviço Público
- ▶ Noções de Direito Administrativo
- ▶ Noções de Direito Constitucional
- ▶ Noções de Direito Processual Civil
- ▶ Noções de Direito Processual Penal

PRATICANDO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





TJ-RJ

**500 QUESTÕES GABARITADAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO**

**Técnico de Atividade
Judiciária**

EDITAL Nº 02/2025

CÓD: SL-1700T-25
7908433285847

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Legislação Especial e Legislação	19
3. Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência	37
4. Ética no Serviço Público	53
5. Noções de Direito Administrativo	73
6. Noções de Direito Constitucional	89
7. Noções de Direito Processual Civil	107
8. Noções de Direito Processual Penal	123

v

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2023)

Assinale a frase em que é optativo o emprego do artigo sublinhado.

- (A) Engenheiros são as únicas pessoas que não podem ignorar a Matemática.
- (B) Uma coisa urgente a fazer é prender todos os corruptos.
- (C) Nunca diga mentiras para os seus pais.
- (D) O Brasil é o maior país da América do Sul.
- (E) É necessário acabar com a inflação neste país.

2. (2024)

Os segmentos listados a seguir são descritivos e têm por objeto uma pequena casa. Assinale o segmento que apresenta caráter subjetivo na descrição, ou seja, aquele em que o observador participa com opiniões.

- (A) A casa tinha na frente um jardim, com margaridas numerosas, que cercavam alguns vasos de cerâmica rústica.
- (B) A casa mostrava janelas azuis e uma porta larga, que dava acesso a uma pequena sala com muitos objetos decorativos na parede.
- (C) O corredor lateral da casa era simpático e tinha algumas árvores frutíferas, que projetavam uma agradável sombra sobre o terreno.
- (D) O terreno traseiro da casa era dividido em degraus, cada um deles com um tipo predominante de frutas.
- (E) A casa tinha uma pequena varanda na parte de trás, com cadeiras e um tapete de palha em que alguns gatos dormiam.

3. (2022)

Em todas as frases abaixo há orações adjetivas sublinhadas; a frase em que foi proposto um adjetivo adequado para a substituição de uma dessas orações, é:

- (A) Uma doença que se prolonga indefinidamente / hereditária;
- (B) Um mal que não mostra nenhuma gravidade / inocente;
- (C) Um vírus que pode ser transmitido a outros / crônico;

- (D) Uma gripe que vai passar logo / superficial;
- (E) Uma enfermidade que ataca o fígado / hepática.

4. (2022)

Abaixo há locuções adjetivas introduzidas, respectivamente, pelas preposições com e sem.

Assinale a opção em que a substituição dessas locuções por adjetivos é feita de forma incorreta.

- (A) carne com sal / sem sal = salgada e insossa.
- (B) campo com água / sem água = úmido e seco.
- (C) líquido com açúcar / sem açúcar = doce e salgado.
- (D) fruta com sabor / sem sabor = saborosa e insípida.
- (E) flores com perfume / sem perfume = perfumadas e inodoras.

5. (2022)

A fim de tornar um texto mais conciso, um dos processos utilizados é a substituição de uma locução por uma só palavra.

Assinale a frase abaixo em que essa substituição foi feita de forma adequada.

- (A) pensamento sem clareza / pensamento obscuro.
- (B) revolução sem chefia / revolução anarquista.
- (C) crime sem motivação / crime anônimo.
- (D) texto sem título / texto acéfalo.
- (E) cidade sem esgoto / cidade inesgotável.

6. (2022)

Os adjetivos são empregados para dar características, estados, qualidades ou informações sobre substantivos; entre as opções abaixo, aquela cujo adjetivo indica uma característica do substantivo por ele determinado, é:

- (A) As frutas vermelhas estavam na fruteira, sobre a mesa;
- (B) A feijoada estava saborosa como nunca;
- (C) O discurso presidencial levou várias horas;
- (D) O menino, adoentado, estava na cama;
- (E) Os produtos estrangeiros estavam na vitrine da loja.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO

1. (2025)

Com base no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta.

(A) Para efeito de aposentadoria, será computado em dobro o tempo de serviço prestado em qualquer órgão público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, independentemente de contribuição previdenciária.

(B) A licença à gestante será concedida, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por, no mínimo, trinta e, no máximo, sessenta dias.

(C) O funcionário que se desvincular de um cargo público do estado do Rio de Janeiro para investir-se em outro do mesmo estado conservará a estabilidade já adquirida.

(D) A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público, o qual se restringe à avaliação de conhecimentos profissionais, mediante provas ou provas e títulos, necessários para o desempenho do cargo.

(E) Durante o estágio experimental, o estagiário perceberá retribuição correspondente a 60% do vencimento do cargo, assegurada a diferença se nomeado ao final do período.

2. (2023)

Gildo e Marlene serão investidos em cargos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Gildo não integra o quadro de servidores e ocupará um cargo em comissão, enquanto Marlene foi aprovada em concurso público para o provimento de cargo efetivo. Sobre a hipótese apresentada, à luz do Decreto-Lei nº 220/1975 do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa correta.

(A) A investidura de ambos dar-se-á com a nomeação.

(B) A investidura de Gildo dar-se-á com o efetivo exercício e a de Marlene com a nomeação.

(C) A investidura de Marlene dar-se-á com o efetivo exercício e a de Gildo com a posse.

(D) A investidura de Gildo ocorrerá com sua nomeação e a de Marlene com a posse.

(E) A investidura de cada um deles decorrerá das respectivas posses.

3. (2022)

José, servidor público estável ocupante do cargo de investigador policial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sofreu um acidente de carro que lhe causou incapacidade física para exercer as funções que até então exercia.

No caso em tela, de acordo com a Constituição da República de 1988 e o Decreto nº 2.479/1979, que consiste no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, José será:

(A) transferido para outro cargo integrante da administração direta ou autárquica estadual, de equivalentes escolaridade e vencimentos;

(B) aproveitado em cargo de natureza e vencimento superiores ao anteriormente ocupado, mediante prévio processo administrativo;

(C) aposentado por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, mediante prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente e desde que não possa mais desenvolver as atividades afetas a seu cargo;

(D) reintegrado em cargo equivalente ao anteriormente ocupado e, se alterado o cargo, no resultante da alteração e, ainda, se extinto o cargo, noutro observada a habilitação profissional e a equivalência de vencimentos;

(E) readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que sofreu, mediante prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. (2025 - FGV)

O cordão de fita com desenhos de girassóis foi incluído na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2023, como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências

- (A) ocultas.
- (B) físicas.
- (C) mentais.
- (D) intelectuais.
- (E) sensoriais.

2. (2024 - FGV)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que é considerada barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

I. Barreiras arquitetônicas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

II. Barreiras nos transportes são as existentes nos sistemas e meios de transportes.

III. Barreiras urbanísticas são as existentes nos edifícios públicos e privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3. (2024 - FGV)

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando:

- (A) fatores financeiros;
- (B) identidade de gênero;
- (C) raça, etnia e cor da pele;
- (D) cultura, crenças e religiosidade do indivíduo;
- (E) impedimentos nas funções e nas estruturas corporais.

4. (2022 - FGV)

Segundo a Lei nº 13.146/15, os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social definem

- (A) o facilitador arquitetônico.
- (B) a acessibilidade.
- (C) o sistema de comunicação.
- (D) a tecnologia assistiva.
- (E) a adaptação.

5. (2022 - FGV)

João, pessoa com deficiência, compareceu perante determinado órgão público para solicitar certo equipamento destinado a promover uma funcionalidade que facilitaria sua inclusão social.

Ao analisar a aparência de João, o servidor público que o atendeu afirmou que a deficiência de João não parecia ser obstáculo suficiente à superação dos obstáculos de ordem física que poderiam se apresentar na vida em sociedade, logo, não via razão para o Estado fornecer o equipamento almejado.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que João almejava

- (A) um desenho universal de acessibilidade, cuja funcionalidade não se exaure nos fins indicados pelo servidor público, também se destinando à su

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. FGV - 2024

O termo *compliance* pode ser entendido como “estar em conformidade” e vem ganhando crescente importância na implementação de estruturas, processos e mecanismos tanto no setor privado como no setor público. Para minimizar os riscos de corrupção, o *compliance* foi ganhando espaço no setor público, especialmente com a entrada em vigor da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.864/2013).

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Por meio da responsabilidade subjetiva, as empresas podem ser punidas por atos de corrupção, independentemente de culpa, bastando a comprovação de que tais atos tenham sido praticados em seu interesse ou benefício.

II. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

III. A Lei Anticorrupção não abrange todas as esferas da Administração Pública (municipal, estadual e federal), tendo incidência direta apenas no âmbito federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. FGV - 2024

Após o devido processo legal, a Sociedade Transgressora sofreu a aplicação de penalidade prevista na Lei nº 12.846/2011, em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, mas está analisando a extensão dos efeitos da sanção, com relação aos dirigentes e administradores, ou eventualmente para outra sociedade, caso venha a promover uma alteração societária, considerando que desde antes da penalidade vinha analisando a possibilidade de promover uma fusão ou cisão.

Diante dessa situação hipotética, à luz da norma em questão é **correto** afirmar que

(A) a penalidade aplicada à pessoa jurídica é automaticamente estendida aos seus administradores e dirigentes, independentemente de sua culpabilidade.

(B) apenas as sanções aplicadas na esfera judicial podem ser estendidas para os administradores ou dirigentes ou mesmo para outra sociedade nas hipóteses de alteração contratual, transformação, fusão ou cisão.

(C) a aplicação de penalidade com fulcro na lei em questão é pessoal, de modo que não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

(D) considerando que a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilidade individual de pessoas naturais, as penalidades aplicadas subsistem nas hipóteses de alteração societária, caso tais indivíduos venham a integrar o novo quadro societário.

(E) inexistindo simulação ou evidente intuito de fraude, na hipótese de eventual fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei em comento.

3. FGV - 2024

Tendo por base a Lei Anticorrupção, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na citada lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

() A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2022)

José, técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, praticou o chamado abandono de cargo, na medida em que se ausentou do serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos. Após regular processo administrativo disciplinar, lhe foi aplicada a sanção da demissão.

No caso em tela, as razões de fato e de direito (e não a exposição dessas razões) que deram ensejo à prática do ato de demissão representam o elemento ou requisito do ato administrativo denominado:

- (A) motivação;
- (B) fundamentação;
- (C) forma;
- (D) objeto;
- (E) motivo.

2. (2023)

João estacionou o seu veículo em uma via pública, no Município de Niterói, acreditando que poderia fazê-lo. Ao retornar de seu compromisso, verificou que havia sido multado. Consultando a legislação, o indivíduo percebeu que a multa, no caso, daria azo à incidência de sanção pecuniária e à perda de pontos em sua licença para dirigir veículo automotor, na categoria B, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal. João, no caso, entende que poderia estacionar no local.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que caberá ao:

(A) particular João demonstrar a existência de algum vício formal no ato administrativo sancionatório, não podendo discutir o conteúdo deste, em razão da presunção absoluta de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;

(B) Município de Niterói comprovar que o particular não poderia estacionar no local, em razão do princípio da legalidade, que rege a Administração Pública. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;

(C) particular João comprovar que poderia estacionar no local, em razão da presunção relativa de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;

(D) Município de Niterói comprovar que o particular não poderia estacionar no local, em razão do princípio da legalidade, que rege a Administração Pública. O Município, após o exercício do contraditório, poderá, por si só, excutir o valor correspondente à multa do patrimônio de João, por força da autoexecutoriedade dos atos administrativos;

(E) particular João comprovar que poderia estacionar no local, em razão da presunção relativa de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá, por si só, excutir o valor correspondente à multa do patrimônio de João, por força da autoexecutoriedade dos atos administrativos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FGV - 2023

Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, as seguintes afirmativas estão previstas na Constituição da República de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

(B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(C) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.

(D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos previstos na Constituição da República.

(E) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais está previsto como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

2. FGV - 2021

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

(A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

(B) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.

(C) o Legal, o Executivo e o Judiciário.

(D) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.

(E) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

3. FGV - 2021

De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listados, à exceção de um. Assinale-o.

(A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

(B) Garantir o desenvolvimento nacional.

(C) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(D) Expandir o território por meio de tratados e alianças.

(E) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

4. FGV - 2025

Ana almejava iniciar uma atividade econômica inovadora, que possibilitava a personalização de serviços de arquitetura com o uso de um sofisticado software, que conjugava conceitos técnicos com os interesses do cliente. Ao analisar a lista de serviços reconhecida em lei do Município Alfa, onde exploraria sua atividade, constatou que essa atividade não estava ali inserida, quer a título de permissão, quer a título de restrição.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

(A) Ana pode explorar livremente sua atividade econômica em razão da ausência de restrição legal.

(B) Ana não pode explorar sua atividade enquanto não for suprida a lacuna existente na lei municipal.

(C) Ana deve requerer que Alfa supra a lacuna legislativa, a qual, não sendo suprida em trinta dias, não obstará a exploração da atividade.

(D) em razão da consagração da livre iniciativa, a atividade econômica não pode sofrer restrições legais, logo, não há óbice para a atividade de Ana.

(E) em razão da função social da empresa, a depender do número de vagas de trabalho oferecidas, Ana pode explorar a atividade econômica antes da regulamentação.

5. FGV - 2025

Ao passar por determinada localidade, João, policial militar, constatou que se encontrava no interior de uma residência, debruçado sobre o peitoril da janela frontal, a mesma pessoa do sexo masculino que ele tinha perseguido uma semana antes, em razão da prática de crime de furto contra pedestre.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2024 - FGV)

A vedação a que o juiz condene o réu a pagar ao autor quantia superior à pleiteada na petição inicial é um corolário lógico do princípio:

- (A) da primazia da solução do mérito;
- (B) da motivação das decisões judiciais;
- (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) da inércia;
- (E) do juiz natural.

2. (2024 - FGV)

João intentou ação em face de uma instituição financeira, tendo pleiteado a condenação da ré ao pagamento da quantia de cem mil reais, por força do descumprimento de uma obrigação que se originou de uma lei. Sustentou o autor que o descumprimento da lei foi o fato constitutivo de seu direito. Por sua vez, a ré, em defesa, alegou apenas que a mencionada lei não se aplicava ao caso concreto. Apreciando a causa, o magistrado julgou improcedente o pedido, por entender que a lei invocada era inconstitucional, sem conceder às partes a oportunidade de manifestação sobre essa questão constitucional.

Nesse sentido, a conduta do magistrado é:

- (A) incorreta, uma vez que violou o princípio do contraditório, proferindo uma decisão-surpresa no processo;
- (B) incorreta, uma vez que ele não pode reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei;
- (C) incorreta, uma vez que violou o princípio da inércia, já que lhe é vedado inovar no processo;
- (D) correta, uma vez que não é necessário que as partes se manifestem quanto às questões de direito;
- (E) correta, uma vez que prevalece a celeridade processual e foi respeitado o princípio do contraditório.

3. (2024 - FGV)

João ajuizou ação indenizatória contra Pedro, pleiteando a condenação deste último ao pagamento de indenização por danos morais. Finda a fase instrutória, o juiz proferiu sentença fundamentada em documentos apresentados por João em relação aos quais não foi dada a oportunidade a Pedro para se manifestar. Em razão disso, Pedro interpôs recurso de apelação, sustentando ter havido a violação a uma norma fundamental do processo civil. Com base no caso acima, a seguinte norma fundamental foi violada pela sentença:

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio do contraditório.
- (C) Princípio da proteção à coisa julgada material.
- (D) Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado.
- (E) Princípio da imparcialidade.

4. (2023 - FGV)

É obrigação de todos os sujeitos processuais agirem em cooperação entre si e com o julgador, o que:

- (A) revela o conteúdo jurídico do princípio da razoável duração do processo;
- (B) permite não cumprir decisões judiciais que lhes são desfavoráveis;
- (C) corrobora o dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade;
- (D) garante a interposição de recursos, inclusive de intuito manifestamente protelatório;
- (E) impede a apresentação de questionamentos à decisão judicial.

5. (2023 - FGV)

A possibilidade, prevista no Código de Processo Civil, de o juiz deferir, no início do processo, o requerimento de tutela provisória de urgência formulado pelo autor, sem a prévia oitiva do réu, é um corolário lógico do princípio do(a):

- (A) contraditório;
- (B) inércia;
- (C) devido processo legal;
- (D) juiz natural;
- (E) inafastabilidade do controle jurisdicional.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. FGV - 2024

A República Federativa *Alfa* reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em *Alfa* há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em *Alfa*, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país *Alfa* adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- (A) acusatório.
- (B) inquisitivo.
- (C) misto.
- (D) consensual.

2. FGV - 2023

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

3. FGV - 2022

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

() O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

() A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.

() Durante a investigação criminal, a defesa técnica é imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – F – F – F.
- (C) F – V – V – F.
- (D) F – V – V – V.

4. FGV - 2022

Em relação ao princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar que a análise da indevida ou excessiva duração depende do(a):

- (A) soma aritmética dos prazos processuais;
- (B) passagem de noventa dias sem reavaliação judicial;
- (C) análise dos prazos previstos em lei, de maneira global;



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui! a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!